

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DAS APAS DO
ITAJURU, RIO PRETO PONTÃO E ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE
ECOLÓGICO – ARIE**

1 No dia vinte e nove do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quatro minutos,
2 foi realizada uma reunião ordinária presencial no anfiteatro do SENAI. A seguir, estão listados os
3 membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sra. Adriana Aparecida de Moraes
4 Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade e presidente do Conselho; Sr. Sergio Vilhena
5 Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sra. Suely de Fátima Prado Vardiero,
6 representando o Sindivest; Sr. Adenilson Mendes Chaves, representando a EMATER-MG; Sra. Thais
7 de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; Sr. Robin Le Breton, representando a
8 ONG IRACAMBI; Sra. Carolina Gonçalves Ohuti, representando a FUNDARTE; Sr. João Carlos
9 Santos Areias, representando a AMERP; Sra. Roberta Souza Cruz Bastos, representando a
10 UNIFAMINAS; Sra. Fernanda Reis Moulin, representando a Secretaria Municipal de Obras Públicas
11 e Urbanismo; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sr. Anderson Oliveira da Silva,
12 representando o DEMSUR; Sr. Volney Rosa da Silva, representando o Gramma – AMA e; Sr. William
13 Oliveira Secunho, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Registraram-se a presença: Sra.
14 Ana Paula de Souza, representando a Câmara dos Vereadores; Sr. Jefferson Bentinho, representando
15 a Câmara dos Vereadores; Sra. Milce Navas; Sra. Maria Aparecida Silva, representando o Sindicato;
16 Sra. Cassia Ribeiro de Souza, representando a Câmara dos Vereadores; Sr. Reinaldo Barberine,
17 representando o CTP -MG; Sra. Lucilene Manhanini, representando o CTP -MG; Sr. William
18 Oliveira, representando a Câmara dos Vereadores; Sra. Alcione; Sr. Renato Sigiliano; Sr. Mauricio
19 da Silva; Sr. Silvan Vital; Sr. André Pereira Mafia, promotor de Justiça; Sra. Narjara Lopes,
20 representando a equipe FLORA. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro deu início a reunião
21 ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente, realizada conforme calendário previamente
22 estabelecido, tendo como pauta principal a apresentação e discussão dos Planos de Manejo das Áreas
23 de Proteção Ambiental – Rio Preto Pontão e Pico do Itajuru. A pauta contemplou a abordagem do
24 Volume 1, que contém o diagnóstico ambiental, e do Volume 2, que trata dos zoneamentos e
25 planejamentos. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Secretária Municipal de Meio Ambiente
26 e Sustentabilidade, abriu a reunião agradecendo a presença dos membros e convidados, justificando
27 a escolha do horário devido à regularidade das reuniões ocorrerem sempre na última quinta-feira útil
28 do mês, no mesmo horário. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro esclareceu, ainda, que
29 somente os membros do Conselho têm direito a voto, caso haja deliberações que demandem votação.
30 Na sequência, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro deu as boas-vindas ao Secretário
31 Municipal de Agricultura, Sr. Fernando Levate, o qual agradeceu ao Conselho e ressaltou a
32 importância do Meio Ambiente, destacando a parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e com a
33 Secretaria de Desenvolvimento Econômico em temas como fossas sépticas e demais programas. A Sra.
34 Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro também deu as boas-vindas ao Sr. André Pereira Mafia,
35 Promotor de Justiça de Meio Ambiente, que também agradeceu ao Conselho e salientou a importância
36 da atuação da Promotoria de Justiça no acompanhamento das ações ambientais do município,
37 destacando o trabalho contínuo e preventivo desenvolvido. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes
38 Ribeiro informou, ainda, a realização do Fórum “Lixo e Cidadania”, marcado para o dia 16 de junho,
39 às 14hs, em parceria com a Promotoria de Justiça e o DEMSUR, convidando a todos para participação
40 no evento. Registrou também a presença do Sr. Reinaldo, representando o CTP. Iniciando a pauta
41 principal, a Sra. Narjara Lopes de Abreu, bióloga, doutora em Botânica e representante da empresa
42 Flora, representando a equipe responsável técnica pela elaboração dos Planos de Manejo, apresentou-
43 se aos membros e iniciou a apresentação dos documentos. A Sra. Narjara Lopes de Abreu explicou
44 que os planos são compostos por dois volumes, sendo o primeiro voltado ao diagnóstico e o segundo
45 ao zoneamento e planejamento. Destacou que o plano é resultado do trabalho de uma equipe
46 multidisciplinar, elaborado com base em dados técnicos e observações de campo. No Volume 1, são
47 tratados diversos assuntos e informações que fundamentam as propostas do Volume 2. Foi ressaltado
48 que as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) em questão pertencem à categoria de Unidades de

49 Conservação de Uso Sustentável, conforme a Lei do SNUC. Dentro do diagnóstico, foi realizado um
50 apanhado das condições atuais das APAs Pico do Itajuru e Rio Preto Pontão. O Pico do Itajuru possui
51 uma área de 2.218,6 hectares, regulamentado pela Lei nº 1.586/91, onde abrange o Distrito de Belisário
52 e as comunidades de graminha; Itajuru; Pedra Alta; Bom Sucesso; Buracada e Fazenda da Onça,
53 enquanto a APA do Rio Preto Pontão abrange 38.669,74 hectares, regulamentada pela Lei nº 5.572/17
54 e abrange o distrito de Itamuri; Pirapanema; Muriaé; Vermelho; Boa Família; Bom Jesus da
55 Cachoeira e Belisário. A Sra. Narjara apresentou mapas indicando a localização exata das APAs.
56 Durante a apresentação, foi abordada a importância do histórico de criação das APAs, reforçando o
57 papel dessas unidades na conservação ambiental. A Sra. Carolina Gonçalves Ohuti questionou sobre
58 a localização de sua propriedade em Belisário e se esta está inserida dentro de alguma APA. A Sra.
59 Narjara Lopes de Abreu respondeu que é necessário consultar as coordenadas geográficas da
60 propriedade para se obter essa informação com precisão. Em continuidade, a Sra. Narjara Lopes de
61 Abreu tratou dos componentes fundamentais do plano e da importância de se considerar tais
62 elementos no planejamento e execução dos projetos ambientais. Apontou, ainda, a existência de outras
63 Unidades de Conservação, além das APAs mencionadas, como o Parque do Brigadeiro, explicando
64 sua relevância ecológica. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, questionou sobre a
65 abordagem da espécie de Muriqui que habita a região do Brigadeiro, mencionando relatos de uma
66 ONG local, os quais indicam que existem cinco indivíduos que vivem em núcleos isolados. Perguntou,
67 ainda, se essa espécie está contemplada no Plano de Manejo devido a relevância de sua proteção. A
68 Sra. Narjara Lopes de Abreu respondeu que o grupo de Muriquis mencionado foi, de fato, identificado
69 no Plano de Manejo, e que se trata de uma espécie considerada vulnerável. Informou que o tema é
70 abordado na página 23 do documento, dentro do tópico “Recursos e Valores Naturais”, onde consta
71 a identificação dos núcleos de muriquis e as informações repassadas pela ONG, através do Leandro
72 dos Muriquis, com dados que indicam a presença dessa espécie. Dando continuidade, as duas áreas
73 possuem fragmentos de Mata Atlântica, sendo, portanto, de suma importância a sua proteção. A Sra.
74 Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro questionou se as minas d'água da região foram devidamente
75 catalogadas, e a resposta foi afirmativa, usando de banco de dados públicos oficiais, não sendo
76 realizado levantamento em campo. Dando prosseguimento à apresentação, a Sra. Narjara Lopes de
77 Abreu expôs os componentes fundamentais e o propósito da APA Pico do Itajuru e Rio Preto Pontão.
78 Foi destacada por ela a importância biológica extrema da APA Pico do Itajuru, abordando aspectos
79 relevantes como os recursos hídricos, a cultura das comunidades rurais, a beleza cênica da região,
80 bem como o turismo de base comunitária, a presença dos muriquis-do-norte, rãzinhas-de-folhizo; e
81 gruta da Pedra Santa, considerada bem cultural imaterial. A respeito desses tópicos, a Sra. Narjara
82 Lopes de Abreu leu na íntegra assim como está no plano de manejo, informando também que foi até
83 as comunidades para entender a importância delas, justificando que foram amplamente abordados
84 com o objetivo de reforçar a importância desses elementos na preservação ambiental e cultural. Em
85 seguida, ela discorreu sobre a caracterização socioeconômica da área, aspectos sociais e econômicos,
86 mencionando a participação do GAB – Grupo de Artesãos de Belisário – e da ONG Iracambi, que
87 atua na região. A Sra. Narjara Lopes de Abreu também destacou o referencial turístico da APA Pico
88 do Itajuru, que contempla os seguintes pontos de interesse: Cachoeira de Belisário, Cabeceira do
89 Naor, Trilha das bromélias e Vila Francisca. Referiu-se, ainda, ao referencial turístico da APA Rio
90 Preto Pontão, abrangendo: Gruta Pedra Santa, Sítio Mineiro Pontão, Pico Alto Pontão e Cachoeira
91 do Rio Preto. A seguir, a Sra. Narjara Lopes de Abreu discorreu sobre a caracterização dos fatores
92 abióticos, conforme regulamentado pela Lei Municipal nº 5.763/2018, destacando que a região
93 abrange uma área de 10.215,07 hectares e mais de 200 nascentes, sendo, portanto, uma área de
94 extrema relevância hídrica. Ressaltou, ainda, que a caracterização da biodiversidade inclui fatores
95 bióticos como a flora, a herpetofauna, a entomofauna, a avifauna, a mastofauna terrestre e a
96 ictiofauna. A Sra. Narjara Lopes de Abreu apresentou os dados referentes ao mapa da região, no que
97 se refere ao Uso e Ocupação do Solo da APA Rio Preto Pontão, salientando que se identificaram
98 poucos fragmentos de mata. Em seguida, apresentou também o uso e ocupação do solo da APA do
99 Pico do Itajuru, destacando que, igualmente, são poucos os fragmentos remanescentes de vegetação
100 nativa. Na sequência, discorreu sobre a importância biológica das APA's e das espécies ameaçadas de
101 extinção presentes nas áreas em questão, destacando, entre outras, as seguintes: Muriqui-do-norte,

102 Cutelão, maracanã-verdeadeira, Lontra neotropical e Jaguarundi. Finalizando a exposição do Volume
103 1, a Sra. Narjara Lopes de Abreu deu início à apresentação do Volume 2, que contempla: o
104 zoneamento e planejamento e seu contextualização legal (Tópico 1); as oportunidades de visitação
105 (Tópico 2); os planos de ação (Tópico 3) onde são divididos em eixos 1, 2, 3 e 4; os projetos técnicos
106 (Tópico 4), que tratam de temas socioambiental, conservação da flora e fauna; e, por fim, as
107 referências bibliográficas utilizadas na elaboração do plano (Tópico 5). A Sra. Narjara Lopes de
108 Abreu ressaltou que o Volume 2 é concebido como um instrumento de gestão da área, fundamental
109 para subsidiar as ações e políticas públicas voltadas à proteção e ao uso sustentável das unidades de
110 conservação. Por fim, foram apresentados os processos participativos realizados, como a reunião no
111 GAB e a reunião em Pirapanema, esta última composta por encontros setoriais e estratégicos, com
112 participação da sociedade civil e de entidades representativas. A Sra. Narjara Lopes de Abreu realizou
113 uma apresentação referente à Área de Proteção Ambiental (APA) Pico do Itajuru, regulamentada
114 pela Lei nº 2.590/2002. Informou que será mantido o zoneamento disposto na referida legislação. O
115 zoneamento está dividido em quatro zonas: 1 - Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS); 2 -
116 Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS); 3 - Zona de Uso Agropecuário (ZUA); 4 - Zona de
117 Uso Intensivo (ZUI). A Sra. Narjara Lopes de Abreu explicou que, nas zonas de manejo: na ZPVS, os
118 critérios são Áreas de Preservação Permanente (APP) de rios e nascentes, remanescentes florestais e
119 afloramentos rochosos; na ZCVS, os critérios são Reserva Legal (RL - SICAR), massas d'água (lagos
120 e lagoas); na ZUA, as atividades são voltadas à agricultura; na ZUI, os critérios são rede viária, buffer
121 de 30 metros a partir da rede viária, fragmentos de adensamento populacional fora do buffer. Em
122 seguida, a Sra. Narjara Lopes de Abreu também explanou sobre o zoneamento da APA Rio Preto e
123 Pontão, dividido em três grupos: 1 - Zona de Preservação Permanente (ZPVS), onde os critérios são:
124 áreas florestadas e afloramentos rochosos; 2 - Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), onde
125 os critérios são: Reserva Legal (RL - SICAR), lagos e lagoas, Áreas de Preservação Permanente
126 (APPs) de rios e nascentes; 3 - Zona de Uso Alternativo do Solo (ZUAS), onde os critérios são: rede
127 viária, buffer de 30 metros, fragmentos de adensamento populacional (fora do buffer) e todas as
128 atividades da agricultura. A Sra. Narjara Lopes de Abreu ainda esclareceu quanto às normas gerais,
129 abordando os seguintes pontos relacionados à vegetação: é permitida a utilização sustentável de
130 recursos vegetais; a utilização da vegetação dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes,
131 respeitando a legislação vigente; qualquer pedido de desmatamento deverá vir com o comprovante de
132 averbação da reserva legal. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi questionou se as
133 atividades permitidas e proibidas estão de acordo com o zoneamento do Parque do Brigadeiro (zona
134 de amortecimento), ressaltando que, caso contrário, poderá haver conflito. A Sra. Narjara Lopes de
135 Abreu informou que não saberia responder no momento, comprometendo-se a se inteirar do assunto.
136 A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi esclareceu que, dentro da área de amortecimento,
137 no plano de manejo, devem estar descritas as atividades permitidas e proibidas, e que é necessário
138 transportar essas informações em acordo com a zona de amortecimento do Parque do Brigadeiro que
139 sobrepõe à área da APA. Reforçou que não é obrigação do Conselho listar tais atividades como está
140 descrito no plano, tais atividades deverão estar prescritas no plano de manejo, para que não fique na
141 responsabilidade do presidente do Conselho, ou do Conselho, as definições desta. Ressaltou, ainda,
142 que o presidente do Conselho deve se eximir de tamanha responsabilidade. Houve diversos
143 questionamentos dos membros a respeito do assunto. A Sra. Adriana Aparecida de Morais Ribeiro
144 sugeriu a criação de uma comissão, com alguns membros, para discutir esta questão e posteriormente
145 apresentar ao Conselho uma proposta mais embasada, possibilitando melhor estudo do tema. A Sra.
146 Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi informou que o Conselho estava sem definição e, em
147 discussões de reuniões anteriores, havia sido decidido que o Conselho Gestor seria o mesmo que o
148 CODEMA. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi fez esse esclarecimento por tratar-se
149 de uma dúvida do Sr. Robin Le Breton. O Sr. André Pereira Mafia prontificou-se a apoiar e dar
150 suporte à Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi e a equipe de Meio Ambiente e
151 Sustentabilidade nessa questão. Para contextualizar, a Sra. Narjara Lopes de Abreu mencionou que
152 o plano diretor contempla a proibição da atividade de mineração. O Sr. Robin Le Breton levantou a
153 questão, ressaltando que há pouca menção à atividade de mineração no plano de manejo, e que esta
154 deve ser devidamente analisada. A Sra. Narjara Lopes de Abreu acatou a observação e afirmou que

155 esta reunião é fundamental para obter essas informações. A Sra. Cássia Ribeiro de Souza destacou
156 que o tema é urgente, pois já foi debatido em reuniões anteriores, especialmente no Pico do Itajuru,
157 que deverá constar no plano de manejo, sendo necessário haver esse cuidado. A Sra. Adriana
158 Aparecida de Moraes Ribeiro comentou, ainda, que há grande preocupação por parte da população
159 do Rio Preto Pontão também, não só no Pico do Itajuru. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. André
160 Pereira Mafia informou que, juridicamente, o tema deverá ser analisado com bastante cautela. A Sra.
161 Narjara Lopes de Abreu informou que existe uma maneira de alterar a parte socioambiental do
162 zoneamento, e que para isso é necessário pensar uma metodologia de reuniões com as comunidades,
163 sugerindo, inclusive, que se refaça a parte socioambiental do zoneamento. Encerrado esse ponto, a
164 Sra. Narjara Lopes de Abreu falou sobre as oportunidades de visitação nas APAs, e deu exemplos de
165 mirantes, trilhas e circuitos para ciclismo. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi
166 questionou sobre as trilhas de off-road, se esta atividade está prevista no plano de manejo, e destacou
167 também sobre a necessidade de aprofundar no diagnóstico sobre o off-road. A Sra. Narjara Lopes de
168 Abreu respondeu que, no plano de manejo, está citada a possibilidade de acesso motorizado, sendo
169 este permitido desde que não degrade o meio ambiente e que o acesso seja apenas para manejo de
170 pesquisa. Porém, a Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi informou que o “evento off-road”
171 é bem diferente de acesso motorizado, e que é necessário haver um tópico específico sobre esse evento,
172 informando onde será permitido, e se será permitido, estando tal definição bem clara e expressa no
173 plano de manejo. A Sra. Marina Vermelho informou que, as Unidades de Conservação são divididas
174 em zonas e cada zona possui diretrizes, sendo que nas Zonas de Preservação o acesso motorizado só é
175 autorizado para fins de pesquisa e manejo para conservação. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira
176 Fittipaldi explicou que é melhor que essa situação esteja claramente especificada no plano de manejo.
177 Dando continuidade aos trabalhos, a Sra. Adriana sugeriu juntar todas as informações e sugestões
178 apresentadas, debatê-las e, posteriormente, apresentá-las ao Conselho. Dando continuidade, a Sra.
179 Narjara Lopes de Abreu falou um pouco sobre o plano de ação, composto por quatro eixos, sendo
180 eles: eixo 1 (programa de gestão institucional e interinstitucional); eixo 2 (programa de gestão de
181 conhecimento); eixo 3 (programa de gestão ambiental); e eixo 4 (programa de apoio às atividades
182 rurais). A Sra. Narjara Lopes de Abreu também falou sobre a organização do plano de ação, onde
183 contempla as ações, recomendações, resultados esperados, indicadores para o monitoramento e os
184 responsáveis. Informou também que existem prazos para concluir as metas, que são cinco anos. A
185 Sra. Narjara Lopes de Abreu informou ainda que foi criado o tópico “projetos técnicos” e destacou
186 os conflitos socioambientais. A Sra. Carolina Gonçalves Ohuti quis expor sobre as plantações de
187 pitayas que estão sendo feitas em Belisário, e debateram um pouco sobre o assunto. Finalizando a
188 apresentação, a Sra. Narjara Lopes de Abreu agradeceu a atenção dos membros e colocou-se à
189 disposição. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, por sua vez, agradeceu o comparecimento
190 da Sra. Narjara Lopes de Abreu e sua apresentação, destacando que após a apresentação surgiram
191 duas recomendações, sendo elas: 1 -Solicitar que seja refeito o estudo socioambiental; e 2 - Criar uma
192 comissão para elaborar o estudo, referentes às atividades permitidas e proibidas nas APA’s. A Sra.
193 Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro perguntou aos presentes quem gostaria de fazer parte da
194 comissão, manifestando-se: o Promotor do Meio Ambiente; IEF; FUNDARTE; a Sra. Cássia Ribeiro;
195 ONG Iracambi; CPT (Comissão Pastoral da Terra); e a Secretaria de Meio Ambiente e
196 Sustentabilidade. Finalizando esta pauta, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro abriu a reunião
197 para alguns informes. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro falou sobre o estande de Tiro,
198 pois não será mais permitido na ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico, será dialogado com
199 os responsáveis neste mês de junho, e na próxima reunião será discutido o prazo. A Sra. Cássia Ribeiro
200 informou sobre a Audiência Pública sobre o Meio Ambiente, porém ainda está definindo a data (será
201 no dia 17 ou 18 de junho) e convidou a todos para estarem presentes. O Sr. Robin Le Breton
202 questionou sobre a arrecadação da verba do fundo, e foi respondido que a equipe está estudando sobre
203 o tema para poder apresentar ao Conselho. A Sra. Carolina Gonçalves Ohuti informou sobre o curso
204 de brigadistas que será realizado nas datas de 31 de maio e 01 de junho, em Limeira - MG. A Sra.
205 Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro informou sobre a Semana do Meio Ambiente e falou o
206 cronograma das atividades, e convidou a todos para participarem se possível. Nada mais havendo a
207 tratar, foi encerrada a reunião as dez horas e cinquenta e oito minutos, sendo lavrada a presente ata,

208 que, após lida e **aprovada,** será assinada pelos membros presentes.
209 _____
210 _____
211 _____
212 _____
213 _____

